



A VISÃO DOS PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

TEACHERS' VIEWS ON INCLUSIVE SPECIAL EDUCATION

DOI: 10.5281/zenodo.11034724

Edléia Santana Lima¹

RESUMO

A integração de estudantes com necessidades especiais no ensino regular brasileiro representa uma questão de significativa relevância e tem sido objeto de intensa discussão ao longo das últimas décadas. O debate, outrora confinado a casos isolados e encontros especializados, como congressos e pesquisas acadêmicas, evoluiu para se tornar um pilar das políticas educacionais, sustentado por um arcabouço de legislações em nível federal, estadual e municipal. Este avanço legislativo reflete um comprometimento progressivo com a criação de um sistema educacional inclusivo que seja acessível e acolhedor para todos. O objetivo principal deste estudo é examinar os desafios mais significativos enfrentados pela educação inclusiva em escolas regulares, sob a perspectiva dos professores envolvidos. A pesquisa adotou uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa. Quanto à população e amostra, 20 professores do ensino fundamental de uma escola pública em Jacobina foram selecionados para responder a questionários e participar de entrevistas sobre suas experiências com inclusão. A integração da inclusão no ensino regular só ocorrerá quando for universalmente reconhecida como benéfica e vantajosa para todos os indivíduos da comunidade escolar. Este marco será alcançado quando o conceito de inclusão for compreendido e abraçado de forma abrangente por todos, funcionando como uma plataforma para o intercâmbio e disseminação de conhecimentos, beneficiando, em última análise, tanto educadores como estudantes.

Palavra-chave: Educação Inclusiva. Ensino Regular. Inclusão.

¹ Esta publicação é um recorte da tese do Programa em Ciências da Educação da Universidad del Norte (Uninorte).



ABSTRACT

The integration of students with special needs into regular Brazilian education represents an issue of significant relevance and has been the subject of intense discussion over the last few decades. The debate, once confined to isolated cases and specialized meetings, such as congresses and academic research, has evolved to become a pillar of educational policies, supported by a framework of legislation at federal, state and municipal levels. This legislative advancement reflects a progressive commitment to creating an inclusive education system that is accessible and welcoming to all. The main objective of this study is to examine the most significant challenges faced by inclusive education in regular schools, from the perspective of the teachers involved. The research adopted a mixed, qualitative and quantitative approach. As for the population and sample, 20 elementary school teachers from a public school in Jacobina were selected to answer questionnaires and participate in interviews about their experiences with inclusion. The integration of inclusion into regular education will only occur when it is universally recognized as beneficial and advantageous for all individuals in the school community. This milestone will be achieved when the concept of inclusion is understood and embraced comprehensively by everyone, functioning as a platform for the exchange and dissemination of knowledge, ultimately benefiting both educators and students.

Keyword: Inclusive Education. Regular education. Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

Em meio à crescente conscientização sobre a importância da inclusão no ambiente educacional, este estudo visa compreender as percepções e experiências de professores em relação à Educação Especial Inclusiva. Neste contexto, exploramos as nuances que circundam o dia a dia pedagógico, os desafios encontrados e as estratégias empregadas para promover um ensino que acolha a diversidade de necessidades dos alunos.

A relevância de tal investigação reside no fato de que as atitudes e crenças dos professores são elementos fundamentais no sucesso da inclusão escolar. Com a participação de vinte educadores do Colégio Municipal José Prado Alves, em Jacobina,



Bahia, o estudo apresenta um panorama do atual estado da educação inclusiva na prática docente brasileira. Procuramos entender como os professores interpretam e implementam políticas inclusivas, bem como identificar as lacunas entre a teoria e a prática que ainda persistem.

Além de explorar o impacto das ações inclusivas no processo de aprendizado, o estudo também busca compreender o papel que a formação contínua, os recursos pedagógicos e o apoio institucional desempenham na capacitação dos professores para enfrentar os desafios inerentes à educação especial. Através da análise de entrevistas, questionários e observações, este trabalho aspira a fornecer insights valiosos sobre os caminhos que podem levar a um ambiente de aprendizado verdadeiramente inclusivo e equitativo.

O objetivo principal deste estudo é examinar os desafios mais significativos enfrentados pela educação inclusiva em escolas regulares, sob a perspectiva dos professores envolvidos.

2. LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação no Brasil foi profundamente influenciada pelo pensamento liberal desde o período do Império, que propôs um método educacional racional baseado no estudo detalhado do desenvolvimento mental humano. Essa abordagem foi primeiramente articulada e disseminada por intelectuais nacionais, que viam a educação como um veículo essencial para o "progresso natural" da sociedade, uma ideia que se alinhava com a noção de um progresso universal e necessário. Neste contexto, foram estabelecidas instituições que, embora inicialmente não focadas estritamente em educação, começaram a incorporar



práticas educacionais e médico-pedagógicas para crianças com deficiências. Um exemplo foi o Hospital Estadual de Salvador, fundado em 1874, que mais tarde se tornou o Hospital Juliano Moreira (PIRES, 2006).

Com o tempo, surgiram iniciativas focadas especificamente na educação especial, como a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e do Imperial Instituto de Surdos-mudos em meados do século XIX. No entanto, durante a maior parte do século XX, o Brasil não demonstrou um comprometimento estatal significativo com a educação especial. Em vez disso, a responsabilidade foi predominantemente assumida por instituições privadas de caráter assistencial, como evidenciado pela criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, em 1954 (SOUZA, ROMERO, 2014).

A legislação brasileira só começou a formalizar o compromisso com a educação especial na década de 1960, com a lei 4.024/61. Dados de 1981 mostram que a maioria dos serviços especializados ainda era oferecida por instituições privadas (CAMPOS, 2003). Durante as décadas de 70 e 80, sob a influência de organizações privadas, foram criados centros como o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), reforçando a liderança do setor privado na educação especial (PISTINIZI, 2010).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, ocorreu uma transformação significativa. Estes documentos asseguraram uma maior inclusão dos deficientes na rede pública de ensino e promoveram uma maior participação da sociedade civil. A Lei de Diretrizes e Bases ampliou o acesso e a permanência de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, exigindo infraestrutura apropriada e pessoal capacitado para atender às suas necessidades (UNESCO, 2005).

Essa evolução legislativa e institucional reflete um crescente reconhecimento da necessidade de integrar todos os alunos, independentemente de suas limitações, no sistema



educacional regular. A inclusão efetiva passou a ser vista não apenas como uma questão de acesso, mas também de qualidade educacional, buscando garantir que todos os estudantes, com ou sem deficiências, recebam uma educação que respeite suas peculiaridades e promova sua máxima autonomia na sociedade.

3. INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO DO DEFICIENTE

A educação especial inclusiva é um tema de extrema importância na atualidade, pois visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais, tenham acesso a uma educação de qualidade. Nesse contexto, a visão dos professores desempenha um papel fundamental, uma vez que são eles os responsáveis por planejar, implementar e avaliar as práticas pedagógicas inclusivas.

Os professores são os principais agentes de transformação no processo de inclusão escolar, pois são eles que lidam diretamente com os alunos e conhecem suas necessidades e potencialidades. Portanto, é essencial ouvir a opinião dos professores sobre a educação especial inclusiva, a fim de identificar desafios, dificuldades e boas práticas que possam contribuir para a melhoria do ensino inclusivo.

A visão dos professores sobre a educação especial inclusiva pode variar de acordo com sua formação, experiência e contexto escolar. Alguns professores podem sentir-se inseguros e despreparados para lidar com alunos com necessidades especiais, enquanto outros podem enxergar a inclusão como uma oportunidade de promover a diversidade e a igualdade na escola.

É fundamental que os professores sejam capacitados e apoiados para atuarem de forma efetiva na educação especial inclusiva. Isso inclui a oferta de formação continuada,



recursos pedagógicos adequados, suporte de profissionais especializados e a criação de um ambiente escolar acolhedor e inclusivo.

Além disso, é importante que os professores sejam ouvidos e valorizados em suas opiniões e sugestões para a melhoria da educação especial inclusiva. A troca de experiências e a colaboração entre os profissionais da educação são essenciais para o desenvolvimento de práticas inclusivas mais eficazes e significativas.

Portanto, a visão dos professores sobre a educação especial inclusiva é fundamental para o avanço da inclusão escolar e para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. Portanto, é essencial promover a escuta ativa dos professores, investir em sua formação e oferecer o suporte necessário para que possam desempenhar seu papel de forma eficaz e comprometida com a inclusão de todos os alunos.

Norwich (2002) destaca a importância da flexibilidade no ensino e aprendizagem para facilitar a inclusão efetiva, minimizando os impactos negativos que podem fazer com que indivíduos com diferenças se sintam deslocados em classes regulares. Figueiredo (2002) argumenta que a inserção de alunos com deficiências em escolas regulares que ainda mantêm paradigmas ultrapassados pode resultar em um ambiente excludente e impedir uma aprendizagem satisfatória. Ele defende que a inclusão deveria transformar a estrutura educacional, desconstruindo práticas segregacionistas e questionando valores obsoletos.

Diversos estudos, como os de Martins (1999), Jusevicius (2002) e Tesini e Manzini (1999), mostram que a compreensão da inclusão ainda não é clara entre os educadores, que muitas vezes exibem discursos contraditórios sobre o tema. Segundo Petean e Borges (2003), existe um consenso de que professores do ensino regular frequentemente carecem de preparo teórico e metodológico para engajar na inclusão escolar efetivamente.

A integração de estudantes com deficiência na educação regular oferece a esses alunos experiências valiosas sobre a diversidade das capacidades humanas, inserindo-os



em um contexto realista. Honfe (2012) salienta a necessidade de uma reciprocidade na integração, que deve facilitar tanto a adaptação social dos indivíduos com deficiência quanto a inclusão efetiva de todos os alunos para superar preconceitos.

Mantoan (2000) discute conceitos de integração escolar, como o "mainstreaming", que propõe a inclusão de todos os alunos no fluxo educacional regular, desafiando as políticas e a organização tanto da educação especial quanto da regular. Uma escola verdadeiramente inclusiva deve adaptar sua organização e recursos para atender à diversidade de necessidades dos alunos, o que requer uma constante avaliação e adaptação das estruturas organizacionais e educacionais para responder dinamicamente às necessidades variadas.

Essa abordagem integrativa e dinâmica é essencial não apenas para a adequação da escola às necessidades dos alunos, mas também para a eficácia do trabalho das equipes administrativas e pedagógicas. O desafio da inclusão, portanto, ressalta a necessidade urgente de formação contínua dos professores para equipá-los melhor para enfrentar a complexidade da educação inclusiva.

4. PROFESSOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Em 2008, o Ministério da Educação do Brasil lançou a "Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva", que tem como foco principal reestruturar o sistema educacional para promover a inclusão. Este documento define a Educação Especial como uma modalidade que abrange todos os níveis e etapas



educacionais, proporcionando atendimento especializado com recursos e serviços adequados para facilitar o processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 2008).

Essa política incentiva uma reorganização educacional que transcenda os métodos tradicionais e excludentes, promovendo uma nova visão sobre a diversidade e a docência. Giroto, Poker e Omote (2012) destacam que isso implica uma transformação profunda na formação de professores, que devem ser preparados para valorizar a diversidade e abandonar práticas seletivas e discriminatórias.

A Resolução CNE/CEB nº 4/2009 detalha as responsabilidades dos educadores no Atendimento Educacional Especializado (AEE), incluindo a identificação e organização de recursos pedagógicos acessíveis e estratégias inclusivas. Essas atribuições abrangem desde a elaboração de planos de atendimento até a colaboração com outros profissionais para garantir a inclusão efetiva dos alunos em todos os ambientes escolares (BRASIL, 2009).

Carvalho (2004) ressalta que, apesar do suporte legal para a inclusão, as leis por si só não garantem sua efetividade sem a implementação prática que respeite e promova os direitos humanos. Isso inclui a necessidade de ações políticas, administrativas e financeiras que sustentem a educação inclusiva.

Mantoan (2003) sugere que o fortalecimento da confiança dos professores é essencial para o sucesso da inclusão. É vital que eles se vejam como agentes capazes de quebrar barreiras à desigualdade, através de sua participação contínua em formações que discutam e promovam estratégias educacionais inclusivas. Além disso, é importante que todos os envolvidos na educação inclusiva, incluindo famílias e amigos, estejam ativamente engajados e informados sobre o processo, contribuindo para um ambiente de aprendizado acolhedor e eficaz.

5. METODOLOGIA



A pesquisa começou com uma fase preliminar de justificativa, formulação do problema e definição de objetivos, a partir dos quais o tema central foi extraído e as variáveis relevantes identificadas para análise.

De acordo com Lakatos (2008), a pesquisa envolve procurar respostas para questões propostas, e é fundamentada pela relevância social e científica, como destacado por Flick (2013). O estudo adotou uma abordagem de estudo de caso, conforme descrito por Yin (2001), que considera adequada para investigar fenômenos contemporâneos em contextos reais onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos. Isso envolveu observações diretas e entrevistas sistemáticas sem manipular comportamentos relevantes.

A metodologia incluiu tanta pesquisa bibliográfica, para recuperar conhecimento científico acumulado, quanto pesquisa de campo, observando os fatos como ocorrem naturalmente. Gil (1999) descreve que a pesquisa exploratória permite desenvolver, esclarecer e modificar conceitos para formular hipóteses precisas, enquanto a pesquisa descritiva visa descrever características de uma população ou estabelecer relações entre variáveis.

A pesquisa adotou uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa, segundo Lakatos (2008), busca entender os fenômenos pela perspectiva dos participantes sem empregar instrumentos estatísticos. A pesquisa quantitativa, por sua vez, complementa este estudo ao permitir uma análise mais estruturada dos dados coletados.

O método científico empregado foi o indutivo, partindo do específico para o geral para formular leis a partir das observações e experiências (Lakatos, 2008). A pesquisa, portanto, oscilou entre o exploratório, para formular hipóteses, e o descritivo, para detalhar as características e relações observadas.



Quanto à população e amostra, 20 professores do ensino fundamental de uma escola pública em Jacobina foram selecionados para responder a questionários e participar de entrevistas sobre suas experiências com inclusão.

Os procedimentos de coleta de dados incluíram entrevistas, questionários e observação direta, seguidos de análise e interpretação dos dados para avaliar a percepção dos professores sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais. A fase de revisão de literatura e seleção de referenciais teóricos também foi crucial para fundamentar o estudo nas teorias existentes sobre inclusão educacional.

6. RESULTADO E DISCUSSÃO

O desafio da inclusão no ambiente educacional regular se destaca como um ponto central na pesquisa realizada com professores do Colégio Municipal José Prado Alves, em Jacobina-BA. A pesquisa, conduzida através de métodos qualiquantitativos, buscou captar a percepção de professores sobre a inclusão, e o que emerge é um cenário multifacetado, no qual esperança e desafios coexistem.

A maior parte dos educadores, experientes e situados na faixa etária dos 31 aos 49 anos, consideram a inclusão um desafio significativo. Muitos veem a inclusão como gratificante e reconhecem a intenção positiva de integrar os alunos com necessidades especiais. No entanto, enfrentam dificuldades práticas e expressam a necessidade de mais capacitação e apoio institucional para melhorar a qualidade da educação inclusiva.

Os professores realçam a importância da educação inclusiva como um meio para promover o crescimento dos alunos, desenvolver suas personalidades e mitigar as



desigualdades. A crença no potencial da inclusão para transformar vidas e avançar na educação é clara, porém a necessidade de novos paradigmas educacionais e estratégias de ensino adequadas é evidente. O respeito à diversidade, conforme expresso pelos professores, não é apenas um ideal, mas uma necessidade prática para assegurar a qualidade de ensino para todos os alunos.

Em termos de didática, os educadores buscam estratégias flexíveis e adaptáveis que possam atender às necessidades individuais de cada aluno. Mesmo reconhecendo a complexidade de atuar como professor inclusivo, há um consenso sobre a relevância de empregar atividades lúdicas e dinâmicas, como também a necessidade de avaliar cada aluno individualmente para garantir uma experiência educacional significativa.

Quanto às alternativas didáticas que poderiam ser aplicadas, os professores sugerem uma diversificação educacional através de programas de atendimento educacional especializado (AEE), a importância de cursos de aperfeiçoamento e a adoção de metodologias técnicas. Além disso, reconhecem a necessidade de mais investimentos e suporte para facilitar o desenvolvimento dessas práticas inclusivas.

A educação inclusiva é percebida como um esforço coletivo, que exige não apenas a participação de todos os estudantes, mas também a transformação social e cultural. A necessidade de individualizar o ensino para alunos com necessidades especiais é enfatizada, refutando a noção de que todos os alunos devem aprender da mesma maneira ou no mesmo ritmo.

Por fim, a pesquisa indica que o contexto brasileiro atual ainda não está preparado para a inclusão, com professores e instituições enfrentando a ausência de formação continuada, falta de investimentos e a necessidade de adaptar a comunidade escolar para atender adequadamente aos alunos com necessidades especiais. Os professores defendem a



inclusão como um direito fundamental e enfatizam que a responsabilidade é compartilhada entre escola, família e sociedade.

Os desafios da educação inclusiva ainda são significativos, com destaque para a escassez de recursos, a falta de professores especializados e o desinteresse de gestores e governantes. A superação desses obstáculos exige a transformação da cultura e da prática escolar, um processo que vai além das fronteiras da escola, visando a integração e o respeito às diferenças em todos os aspectos da vida social.

A educação inclusiva se apresenta, portanto, como uma causa contínua, um campo de batalha onde a conquista do espaço para a diversidade e a igualdade de oportunidades educacionais demanda esforços constantes e renovados compromissos por parte de todos os envolvidos no processo educacional.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada entre uma coorte de vinte educadores de uma instituição de ensino estadual brasileira enfatiza a necessidade premente de adotar uma série de medidas para garantir uma inclusão bem-sucedida no ambiente escolar. Isto implica a implementação de abordagens de ensino holísticas e de vanguarda, com o objetivo final de promover o desenvolvimento global de cada aluno, especialmente daqueles com necessidades especiais.

O ponto de vista destes professores sublinha a importância de adotar uma abordagem inovadora e de mente aberta, reconhecendo que a educação inclusiva vai além do simples apoio aos alunos individuais, mas acrescenta valor a toda a comunidade escolar.



O conceito de Educação Inclusiva vai além da concessão de reconhecimento universal a todas as crianças; também traz inúmeros benefícios para toda a comunidade acadêmica.

No entanto, a adoção bem-sucedida desta abordagem depende do compromisso coletivo de validar e defender a aplicação dos direitos educativos que ainda não são plenamente alcançáveis ao abrigo da legislação existente. Para incorporar verdadeiramente uma abordagem educacional abrangente, a genuinidade da inclusão é encontrada na sua capacidade de celebrar e elevar a distinção de cada aluno, ao mesmo tempo que atende às suas necessidades de aprendizagem individualizadas.

Esta situação exige o desenvolvimento de estratégias personalizadas e variadas que capacitem os alunos a superar obstáculos e prosperar academicamente. De acordo com os princípios fundamentais da Educação Inclusiva, é imperativo que os alunos que enfrentam dificuldades tenham a oportunidade de se envolverem em abordagens educativas significativas e adequadas. Isto exige um sistema educacional adaptado às suas necessidades específicas, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral. A implementação de metodologias inclusivas na escola investigada demonstra que tais esforços têm uma influência positiva na aquisição de conhecimentos, estabelecendo assim práticas instrucionais equitativas e bem-sucedidas.

Consequentemente, os educadores são instados a alargar a sua perspectiva para além dos limites do ambiente convencional da sala de aula, reavaliando e revolucionando as suas estratégias pedagógicas e administrativas. No cenário educacional brasileiro, a inclusão surge como um desafio moderno para os educadores. Reconhecem a importância de desenvolver e executar estratégias educativas que se alinhem com as necessidades dos alunos inclusivos, promovendo a sua integração e facilitando o seu percurso de aprendizagem.



A integração da inclusão no ensino regular só ocorrerá quando for universalmente reconhecida como benéfica e vantajosa para todos os indivíduos da comunidade escolar. Este marco será alcançado quando o conceito de inclusão for compreendido e abraçado de forma abrangente por todos, funcionando como uma plataforma para o intercâmbio e disseminação de conhecimentos, beneficiando, em última análise, tanto educadores como estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.** Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília: SEESP, 2009.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002. Métodos e técnicas de pesquisa social, v. 6, p. 22-23, 1999.

HONNEF, C.; COSTAS, F. A. T. Formação para a educação especial na denunciarm perspectiva inclusiva: o papel das experiências pedagógicas docentes nesse processo. **Revista reflexão e ação**, Santa Cruz do Sul, v.20, n1, p.111-124, jan./jun.2012.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica:** Ciência e conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

PIRES, José. **Por uma ética de inclusão.** In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos et al. (Orgs). **Inclusão: compartilhando saberes.** Petrópolis: Vozes, 2006.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

PISTINIZI, Bruno Fraga. **O Direito à educação nas constituições brasileiras**. São Paulo, 2010.

SOUZA, Sirlene Brandão de; ROMERO, Rosana Aparecida Silva. **Educação Inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual**. Disponível em: Acesso em: 20 de julho de 2016. <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Maria-de-Fatima-Matos-Ferreira.pdf>

UNESCO. **Orientações para a inclusão: garantindo o acesso à educação para todos**. 2005. Disponível em: http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_43.pdf. Acesso em: 16 jan. 2020.

YIN, R. K. **estudo de caso, planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Recebido em: 19/02/2024

Aprovado em: 29/03/2024

Publicado em: 22/04/2024